

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.379 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 11 DE OUTUBRO DE 2001

Região Integrada do Amapá e Pará vai à Câmara

Por unanimidade, o Plenário do Senado aprovou projeto do senador Sebastião Rocha que autoriza o Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Amapá e Pará (Riaga). A proposta, que segue para a Câmara, prevê a instituição do Programa Especial de Desenvolvimento do Delta do Rio Amazonas.

PÁGINA 3

Projeto exclui DF, Goiás e Tocantins do horário de verão

Distrito Federal, Goiás e Tocantins podem ser excluídos da obrigação de adotar o horário de verão. Projeto nesse sentido, de autoria do senador Maguito Vilela, foi aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Relator da matéria, Iris Rezende minimizou a economia de energia proporcionada pela mudança de horário.

PÁGINA 4

Senadores pedem solução para greve nas universidades

A necessidade do diálogo para pôr fim à greve nas universidades públicas federais foi enfatizada por diversos senadores em Plenário. Em resposta a Iris Rezende, que conclamou o presidente Fernando Henrique e o ministro Paulo Renato Souza a retomarem as conversações, Artur da Távola disse que os grevistas barraram a negociação.

PÁGINA 9



Romeu Tuma (E), presidente da CAS, alertou para a necessidade de legislação específica sobre o destino dos rejeitos radioativos

Comissão aprova normas para depósitos de lixo radioativo

Acolhido ontem pela Comissão de Assuntos Sociais, o projeto que estabelece regras para o destino final dos rejeitos radioativos produzidos no Brasil será agora submetido ao exame do Plenário do Senado.

PÁGINA 10



Roberto Campos notabilizou-se por combater idéias e políticas estatizantes

Plenário homenageia ex-ministro Roberto Campos

A franqueza, a erudição e o brilhantismo intelectual de Roberto Campos foram ressaltados ontem em Plenário. Diversos senadores homenagearam o economista, ex-ministro do Planejamento, embaixador, deputado, senador e membro da Academia Brasileira de Letras, que faleceu na última terça-feira.

PÁGINAS 6 E 7

Pessoas carentes podem ser isentas de custas na Justiça

Projeto do senador Roberto Saturnino que visa assegurar amplo acesso à Justiça foi aprovado ontem, em caráter terminativo, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Se não houver recurso para que seja examinada pelo Plenário do Senado, a proposta será enviada à apreciação da Câmara dos Deputados.

PÁGINA 4

Presidida por Bernardo Cabral (à esquerda), a CCJ aprovou ontem diversas matérias



Senado vota mudança no ICMS sobre petróleo

Em segundo turno, o Plenário examina hoje a proposta de emenda à Constituição do senador Geraldo Melo que transfere dos estados consumidores para os produtores a cobrança do imposto

Em segundo turno, o Senado vota hoje proposta de emenda à Constituição do senador Geraldo Melo (PSDB-RN) que transfere dos estados consumidores para os estados produtores a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) nas operações interestaduais com petróleo, lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos e energia elétrica.

Em agosto passado, essa proposta esteve prestes a ser votada em Plenário, mas senadores das regiões Sul e Sudeste, onde se concentram os

maiores mercados consumidores de combustível, alegaram que seus estados sofreriam enorme perda na arrecadação do ICMS. Geraldo Melo argumenta exatamente que a não-incidência desse imposto nos estados produtores de petróleo significa uma injustiça com suas populações.

Também hoje será votado projeto que autoriza o governo brasileiro a negociar no mercado internacional crédito de US\$ 3,4 bilhões que mantém com a Polônia. Conforme emenda do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), do total dos créditos do Brasil

com esse país, 10% poderão ser utilizados na compra de armamentos para reequipar as divisões do Exército brasileiro que operam na Amazônia.

Será votado ainda projeto estabelecendo que a aposentadoria facultativa ou por invalidez dos tabeliães e oficiais de registro seguirá as mesmas regras adotadas para os trabalhadores da iniciativa privada, permanecendo inaplicável a aposentadoria compulsória por idade, como ocorre com os funcionários públicos.



Para Geraldo Melo, a não-incidência do imposto nos estados produtores constitui injustiça

AGENDA

QUINTA-FEIRA, 11 DE OUTUBRO DE 2001

Senador Ramez Tebet
Presidente

9h — Senador Tião Viana, acompanhado do dr. José Antonio Ramires, presidente do Incor, e do dr. Sérgio Timmerman, presidente da Fundação Interamericana do Coração

9h30 — Solenidade de abertura do simpósio *Obesidade: uma epidemia — Auditório Petrônio Portela do Senado Federal*

10h30 — Senadora Emilia Fernandes, acompanhada da bancada feminina do Congresso Nacional
11h — Sessão deliberativa ordinária do Senado Federal

PLENÁRIO

10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PR nº 48/01, autoriza a República Federativa do Brasil a realizar operações que permitam o recebimento antecipado de crédito externo junto à República da Polônia, no montante atual de US\$ 3,4 bilhões, na forma dos contratos assinados com o Bank Handlowy W Warszawie S.A., a partir de diretrizes estabelecidas na Ata de Entendimentos, no âmbito do chamado Clube de Paris; terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 8/95, dá nova redação ao inciso X do parágrafo 2º do artigo 155 da Constituição federal (isenção de ICMS); PLC nº 86/96, altera o parágrafo 1º do art. 39 da Lei nº 8.935/94, que regulamenta o art. 236 da Constituição federal, dispondo sobre os serviços notariais e de registro; PLS 676/99, altera a Lei nº 9.496/97, modificando o índice de atualização monetária dos contratos de refinanciamento das dívidas estaduais; PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão de som e imagem; e Requerimento nº 532/01, solicita, nos termos regimentais, que sobre o PLS nº 85/01, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação.

COMISSÃO

10h — Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação Social e Informática

Pauta: Dois requerimentos — o primeiro, solicitando a realização de audiências públicas sobre a MP nº 2.228-1, que estabelece princípios gerais da política nacional do cinema, e o segundo, no intuito de debater a implantação da TV digital no Brasil. *Ala Senador Alexandre Costa, Sala 15*

Aprovado projeto que proíbe a venda de minas

Os senadores aprovaram por unanimidade o projeto de lei da Câmara que proíbe a fabricação, a comercialização e a importação de minas terrestres antipessoais em todo o território nacional. A proposta, de autoria do deputado Eduardo Jorge (PT-SP), segue para a sanção presidencial.

O projeto prevê pena de reclusão de quatro a seis anos, e a aplicação de multa, para quem descumprir a determinação. Pela proposta, as Forças Armadas ficam autorizadas a manter minas apenas para desenvolver técnicas de detecção, retirada e destruição de minas. Os militares também serão, segundo o projeto, responsáveis por destruir as minas existentes no país em, no máximo, dez anos.

A proibição das minas está prevista em convenção internacional, da qual o Brasil é signatário, aprovada em 1999 pelo Senado Federal. Segundo o documento, as minas antipessoais matam e mutilam centenas de pessoas no mundo, obstruindo o desenvolvimento econômico e a reconstrução.

Pedro Malan e Everardo Maciel vão à CAE debater Código do Contribuinte

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, e o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, devem comparecer neste mês à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para debater o projeto com que o senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) deseja instituir o Código de Defesa do Contribuinte.

Em debate realizado ontem em Plenário, o líder do governo, senador Artur da Távola (PSDB-RJ) comprometeu-se a trazer as duas autoridades. Com isso, foi adiada a votação do requerimento em que o senador Pedro Simon (PMDB-RS) propunha a convocação do ministro.

Na discussão que antecedeu essa decisão, Távola explicou que o governo não se opõe à vinda do ministro, mas considera mais adequado que a convocação seja transformada em convite, e que esses esclarecimentos sejam prestados numa comissão e não no Plenário.

Pedro Simon lamentou que até agora os senadores não tenham conseguido discutir o projeto com o governo, visto que, em vez de vir ao Parlamento, o secretário da Receita Federal preferiu mandar

um documento dizendo que os direitos do contribuinte que o projeto garante beneficiam mais o mau contribuinte.

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) considerou irrelevante a preocupação em trocar "convocação" por "convite", observando que convocar é uma atribuição do Legislativo. Mas ele reconheceu que discutir o assunto numa comissão é mais produtivo que no Plenário.

Roberto Freire (PPS-PE) classificou o projeto de Bornhausen como complexo e preocupante, acrescentando que, mais que direitos do contribuinte, o texto introduz graves mudanças no direito civil brasileiro. Ele disse recear

que o projeto beneficie a inadimplência e a sonegação.

Em defesa da iniciativa, Bornhausen invocou a memória de Roberto Campos para dizer que a preocupação do seu projeto é com um cidadão que não seja súdito do Estado, mas livre e capaz de fazer valer seus direitos. Bornhausen observou que seu projeto faz com que o fisco desça de sua majestade para se equiparar àqueles que constroem a nação e recolhem impostos.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que, se fosse para invocar a memória de Roberto Campos, seria bom lembrar que ele se manifestaria plenamente favorável ao debate com Pedro Malan.



Artur da Távola defendeu realização do debate na Comissão de Assuntos Econômicos

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Carlos Augusto Setti
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade
Diagramação: Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes, e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane de Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações



Bello Parga apresentou parecer favorável à programação do quarto trimestre deste ano

Plenário acata programação monetária

Acolhendo parecer do senador Bello Parga (PFL-MA), o Senado aprovou ontem a programação monetária para o quarto trimestre de 2001. Levando em conta os desequilíbrios internos e externos que condicionam a estabilidade econômica e cambial brasileira, Parga recomendou a aprovação da matéria, que agora vai à sanção presidencial.

Quanto ao mérito da programação, o senador destacou que “as faixas de variação dos principais agregados econômicos sinalizam para uma política governamental compatível com o objetivo de enfrentar as dificuldades que ameaçam a estabilidade da moeda”.

Bello Parga, entretanto, apontou o desequilíbrio das transações correntes com o exterior. Equacioná-las, afirmou, “significa tornar seus financiamentos estáveis e menos dependentes de juros que comprometem o próprio financiamento do crescimento da economia”.

Emissoras de rádio recebem permissão

O Senado aprovou ontem decretos legislativos autorizando o funcionamento das seguintes emissoras: Rádio Aliança, de Concórdia (SC); Fundação Cásper Líbero, de São Paulo (SP); Associação Rádio Comunitária FM, de Formosa do Rio Preto (BA); e Rádio Antártida, de Itabira (MG). As matérias vão agora a promulgação.

Senado autoriza governo a criar a Região Integrada do Amapá e Pará

O projeto, que será ainda votado pela Câmara dos Deputados, deve promover a integração dos dois estados mediante a coordenação de recursos e obras para a população local, disse José Sarney

Por unanimidade, o Senado aprovou ontem projeto do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) autorizando o Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Amapá e Pará (Riapa). O projeto, que agora vai à deliberação da Câmara, estabelece também que o governo instituirá o Programa Especial de Desenvolvimento do Delta do Rio Amazonas.

Na mesma votação, o Senado autorizou o Executivo a criar um conselho administrativo para coordenar as atividades a serem desenvolvidas na região.

Foi também decidido que são de interesse da Riapa os serviços públicos comuns dos municípios que a integram, especialmente os relacionados com infraestrutura, saúde, educação e geração de emprego.

Em defesa da proposta, Sebastião Rocha disse que o objetivo do projeto é viabilizar melhores condições de vida para a população ribeirinha dos municípios situados entre o Amapá e o Pará, onde está localizada a Ilha de Marajó e o canal norte do Rio Amazonas.

O senador José Sarney (PMDB-

AP), ao louvar a iniciativa, afirmou que a criação da região administrativa é importante não apenas para o Amapá, mas para o Brasil. Sarney observou ainda que, “por paradoxal que possa parecer, aquela área tão fascinante é ainda quase totalmente desconhecida”.

— É justamente essa região que o senador Sebastião Rocha pro-



Autor da proposta, Sebastião Rocha quer melhorias para os ribeirinhos

cura integrar, mediante planejamento que possa coordenar recursos e obras para a infraestrutura necessária àquelas populações ribeirinhas — disse Sarney.

Unificação de tarifas e incentivos fiscais estão previstos

Municípios da região do delta do Rio Amazonas poderão fazer parte da Região Integrada de Desenvolvimento do Amapá e Pará (Riapa). Esse é o teor de projeto de lei complementar aprovado ontem pelo Plenário, autorizando o governo federal a criar a região. Pela proposta, de autoria do senador Sebastião Rocha, a região integrada irá concentrar ações que contribuam para a melhoria dos serviços públicos oferecidos à população local, promovendo a geração de empregos, a infraestrutura, a saúde e a educação.

O projeto, que recebeu parecer favorável do senador Jefferson Péres (PDT-AM) na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), prevê a unificação de tarifas, linhas de crédito especiais e incentivos fiscais na área da Riapa. As ações, coordenadas, serão parte do Programa Especial de Desenvolvimento do Delta do Amazonas, a ser administrado pelo conselho administrativo da Riapa.

Para garantir o cumprimento do programa, o projeto define fontes de recurso de natureza orçamentária e outras decorrentes de financiamentos. Os governos dos estados e municípios envolvidos também podem investir, por meio de convênios com a União, na Riapa, que abrange os municípios de Laranjal do Jari, Macapá, Mazagão, Santana e Vitória do Jari, no Amapá, e de Afuá, Almeirim, Anajás, Belém, Breves, Chaves, Gurupá, Prainha e Monte Alegre, no Pará.

A proposta regulamenta dispositivo constitucional que prevê a possibilidade de articulação de ações da União em um mesmo complexo geoeconômico, com trabalho unificado e simultâneo dos governos federal, estaduais e municipais. Antes da Riapa, o Congresso já havia autorizado a União a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e do Entorno (Ride).

Aprovadas emendas a projeto que transfere terras da União para RR

O Senado aprovou ontem duas emendas da Câmara a projeto da senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) que transfere para Roraima terras pertencentes à União desde que foi constituído território, em 1943. A senadora louvou a aprovação, dizendo ser a medida importante “para a autonomia de Roraima e para a solução de problemas fundiários”.

Segundo Marluce, as emendas “apenas tornaram mais explícito o que ela já garantia em seu projeto”, ou seja, que estão excluídas da transferência as áreas indispensáveis à segurança nacional, as situadas na faixa de fronteira, as concernentes à exploração de recursos na-



Marluce: terras serão usadas em atividades de assentamento e colonização

turais e as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios. O projeto estabelece que as terras da União que passarem para o domínio do estado deverão ser utilizadas em atividades de assentamento e colonização. O senador Romero Jucá (PSDB-RR) registrou apoio ao projeto.

Decisão contribui para solucionar problema fundiário, diz Marluce

A senadora Marluce Pinto agradeceu aos senadores, em discurso no Plenário, a aprovação de duas emendas da Câmara dos Deputados a projeto de sua autoria determinando a transferência de terras da União para o estado de Roraima. Marluce explicou que as terras de Roraima, quando ainda era território, passaram a pertencer à União por determinação do governo. Segundo a senadora, a questão fundiária tornou-se assim um grande entrave ao desenvolvimento do estado. Para Marluce, a aprovação do projeto solucionará o problema.

— Espero que o presidente Fernando Henrique Cardoso regulamente a lei o mais rápido possível — afirmou.

Marluce lembrou que apresentou o projeto em 1991, no Senado, onde teve tramitação rápida. Na Câmara dos Deputados a tramitação foi lenta. Devido às duas emendas da Câmara, o projeto voltou a ser examinado pelo Senado.

Desempregado pode ter isenção de custas judiciais

Projeto de Roberto Saturnino que procura assegurar amplo acesso à Justiça foi aprovado em caráter terminativo pela CCJ e será enviado à Câmara, se não houver recurso para apreciação em Plenário

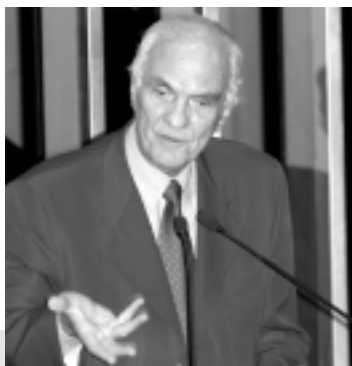
As pessoas carentes ou desempregadas poderão ser dispensadas de pagar custas na Justiça. Parece favorável a projeto de lei nesse sentido foi aprovado ontem, em caráter terminativo, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

De autoria do senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), o projeto objetiva evitar que pessoas carentes tenham seus direitos preteridos ou minimizados por não poder arcar com custas processuais. Segundo o relator da matéria, senador Pedro Simon (PMDB-RS), o projeto garantirá a todos o amplo acesso à Justiça.

Para ter direito ao benefício, basta que a pessoa declare o seu estado de carência ou de desempregada. Contudo, quem prestar informações falsas para ganhar o benefício sem ter direito a ele incorrerá em crime de falsidade ideológica.

DNA

Em caráter não-terminativo, a CCJ também aprovou ontem pare-



Roberto Saturnino pretende evitar que pessoas carentes tenham seus direitos preteridos ou minimizados

cer favorável do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) a projeto da Câmara que isenta do recolhimento de custas e emolumentos processuais a pessoa que, não podendo gastar com o exame de pareamento cromossômico (DNA), integre ação de investigação de paternidade ou de maternidade. A isenção está compreendida no rol que também dispensa as custas iniciais para o ajuizamento de ação, despesas com publicação de atos

processuais, indenização a testemunha, honorários de advogado e de perito, entre outras.

Sebastião Rocha ressalta que o exame de DNA é fundamental para identificar e comprovar a paternidade ou maternidade, em muitos casos. Ao contrário de outras técnicas, o exame pode obter resultados de forma rápida e eficiente, devendo ser acessível a todos.

Também foi aprovado na comissão parecer do senador Romeu Tuma (PFL-SP), favorável ao projeto de lei da Câmara que obriga motoristas profissionais a se submeterem periodicamente a exames psicológicos. A matéria irá a Plenário, ocasião em que o senador Jefferson Péres (PDT-AM) pretende solicitar parecer da Comissão de Educação do Senado quanto ao mérito do assunto. Pelo projeto, os exames psicológicos serão feitos na mesma periodicidade dos exames de aptidão física e mental – a cada cinco anos, ou a cada três anos para os condutores com mais de 65 anos de idade.

CCJ aprova exclusão de Goiás, Distrito Federal e Tocantins do horário de verão

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem projeto de lei de autoria do senador Maguito Vilela (PMDB-GO) que exclui os estados de Goiás, Tocantins e o Distrito Federal da obrigatoriedade de adotar o horário de verão determinado pelo governo federal. No parecer aprovado pela comissão, o relator da matéria, senador Iris Rezende, procurou demonstrar que a economia de energia propiciada por essas unidades da Federação ao país, pela mudança do horário, é ínfima.

A redução da demanda de energia obtida com o horário de verão em 2000, em todo o país, levou a uma queda no consumo da ordem de 2.997 MWh/h (megawatt/hora). Entretanto os estados de Goiás e Distrito Federal propiciaram uma economia, respectivamente, de apenas 25 e 36 MWh/h. Enquanto todo o país economizou 280 MW médios no ano passado, o DF economizou uma média de 6 e 7 MW médios. O relator não apresentou os dados referentes ao estado do Tocantins.

O esforço feito por essas unidades para se adaptar ao horário de verão, segundo Iris Rezende, não compensa a economia propicia-



CCJ aprovou também dois projetos que viabilizam a criação de consórcios públicos por estados e municípios

da de energia, principalmente porque a classe trabalhadora acaba se submetendo a grande sacrifício, afetando não somente seu bem-estar, mas também sua segurança.

Iris lembrou que o horário de verão surgiu nos Estados Unidos, em 1784, por iniciativa do presidente Benjamin Franklin, para aproveitar os dias maiores que as noites durante aquela estação. A introdução desse mecanismo no Brasil ocorreu pela primeira vez em 1931.

O projeto aprovado pela CCJ, segue agora para a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, onde será apreciado em caráter terminativo. Caso seja aprovado, irá à

Câmara, se não houver recurso para enviá-lo ao Plenário.

CONSÓRCIOS

A CCJ aprovou também parecer da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) favorável a projetos dos senadores Geraldo Melo (PSDB-RN) e Ronaldo Cunha Lima (PSDB-PB), que viabilizam a criação de consórcios públicos. Conforme os projetos, estados e municípios poderão se unir em consórcios para realizar gestão associada de serviços públicos. Segundo a relatora, os consórcios públicos serão "instrumentos fundamentais para solução de grandes problemas administrativos enfrentados nas regiões metropolitanas".

Inviolabilidade material de parlamentar é reafirmada

Preliminar levantada pelo senador Roberto Freire (PPS-PE) e aprovada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) impedirá, de agora em diante, o acolhimento e exame pelo plenário da comissão de solicitações feitas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para processar senadores por críticas a pessoas e instituições, feitas da tribuna ou de qualquer outro local. A CCJ entendeu, por unanimidade, que o princípio da inviolabilidade material do parlamentar é intocável, não podendo ser objeto de pedidos de licenças para execução processual.

A preliminar de Roberto Freire foi aprovada após encaminhamento à comissão de pedido de licença para apreciar denúncia contra o senador Roberto Requião (PMDB-PR), apresentado pelo STF e assinado pelo ministro Sidney Sanchez. A denúncia foi formulada pelo procurador Haroldo Nóbrega, acatada pelo procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, e encaminhada ao STF, que formulou o pedido de licença ao Senado.

Parecer do presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Nelson Jobim, lido na reunião da CCJ por seu presidente, senador Bernardo Cabral, determina, contudo, o arquivamento do caso, alegando o mesmo princípio invocado por Freire.

O que motivou o processo contra Requião foram críticas feitas a autoridades do governo do estado do Paraná e publicadas pela *Folha de Londrina*. Mais tarde, as pessoas



Roberto Freire apresentou a preliminar aprovada pela CCJ

criticadas por Requião (o secretário de Segurança Pública e um delegado) foram acusadas também pela CPI do Narcotráfico, e em seguida demitidas pelo governo do estado. O advogado que iniciou o processo contra o parlamentar, Antonio Penizzetti, é apontado como envolvido com o crime organizado, segundo Requião.

Para Freire, acatar processo nesse sentido é limitar não só a atividade do parlamentar, mas o Poder Legislativo. Resguardar o mandato do parlamentar, disse ele, é diferente de se procurar resguardar o parlamentar de prática delituosa, coisa que, entende, não deve ser feita.

O senador José Fogaça (PPS-RS) disse que o Senado já deliberou sobre esse assunto ao aprovar emenda constitucional que garante o princípio da inviolabilidade material. Mas essa emenda, explicou Fogaça, "encontra-se dormindo na Câmara dos Deputados". O senador Osmar Dias (PDT-PR) elogiou a aprovação da preliminar de Freire, acrescentando que há muito mais denúncias como as divulgadas por Requião para serem feitas no Paraná.

Comissão acolhe proposta de mudança na lei eleitoral

A CCJ aprovou também parecer do senador Pedro Simon (PMDB-RS), favorável ao projeto de lei do senador Álvaro Dias (PDT-PR) que tem como objetivo aperfeiçoar a Lei 9.504, que estabelece normas para as eleições.

Segundo o autor, o projeto retira da lei ambigüidades que têm surgi-

do em casos específicos, como a obrigatoriedade de remoção da propaganda eleitoral após a realização das eleições, impedimento de propaganda que possa degradar ou ridicularizar candidatos e até a definição do número de juízes nos tribunais eleitorais para apreciar as reclamações (passa de três para sete).

Fogaça propõe estímulo para carreira do servidor público

Substitutivo de sua autoria foi aprovado pela CCJ, como alternativa a proposta que permitia desenvolvimento funcional via concurso interno

Substitutivo a proposta de emenda constitucional aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, de autoria do senador José Fogaça (PPS-RS), abre caminho para que funcionários públicos possam obter desenvolvimento funcional em suas repartições, conferindo-lhes algumas vantagens na participação em concursos públicos. Pelo substitutivo, realizações pessoais do funcionário, como tempo de serviço e cursos realizados, poderão ser consideradas na contagem de pontos para a seleção dos candidatos aprovados em concurso público.

O substitutivo de Fogaça derubou a emenda de autoria do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) que pretendia permitir o desenvolvimento funcional de ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente mediante processo seletivo interno. Segundo o relator da matéria, caso fosse aprovada como originalmente concebida, a emenda iria trazer de volta a velha prática de se entrar no serviço público através de cargos menos qualificados para, rapidamente, se chegar aos



Fogaça considerou desleal processo seletivo interno, por prejudicar pessoas de menor qualificação

altos postos.

Fogaça considera essa prática desleal, porque muitos filhos de desembargadores, de curso superior — exemplificou —, entravam no serviço público mediante concurso para contínuos (serventes), disputando as provas com pessoas de baixa qualificação. Numa etapa seguinte, realizavam provas internas e eram promovidas a altos cargos. Essa prática era danosa para os profissionais de menor qualificação, que nas provas tinham de concorrer com pessoas de elevado nível de instrução, e também danosa para as pessoas de qualificação superior que almejavam entrar no serviço público, já que as vagas para os cargos

mais elevados seriam todas ocupadas por concursos internos.

Com o substitutivo, pessoas que entraram como enfermeiros no serviço público — explicou Fogaça — podem vir a ocupar o cargo de médico, mas terá de disputar as vagas com todos os médicos que queiram a elas concorrer. Levará, contudo, a vantagem de tempo de serviço e de cursos que tenha feito, na hora da contagem de pontos para a classificação. O senador Jefferson Péres (PDT-AM) fez um apelo a Sebastião Rocha para que ele votasse com o relator. Os senadores Roberto Requião (PMDB-PR) e José Eduardo Dutra (PT-SE) elogiaram o substitutivo.

Projeto garante repasse de verba do PNAE

O governo federal não poderá mais suspender o repasse dos recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) durante o primeiro exercício financeiro do mandato de um novo prefeito, no caso de o anterior não haver cumprido os prazos de prestação de contas relativas ao programa. Isso é o que determina projeto de lei de autoria da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE), aprovado ontem, em caráter terminativo, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, com emenda do relator, senador José Fogaça (PPS-RS).

No parecer, Fogaça ressaltou não fazer sentido, por atitude de administrador relapso, deixar as crianças privadas de sua alimentação escolar, notadamente em casos em que tal suprimento constitui a única fonte de sua alimentação. Pela modificação do

relator, os repasses serão feitos sem prejuízo das sanções administrativas, civis e criminais cabíveis à inobservância dos prazos de prestação de contas das dotações.

A CCJ também aprovou, em caráter terminativo, projeto de autoria do senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), com emendas do relator, senador Jefferson Péres (PDT-AM), fixando o limite financeiro em 100 salários mínimos para as ações submetidas à apreciação dos juizados especiais que funcionarão na Justiça Federal (em vez de 20 vezes), mantendo o atual limite de ações que têm curso nos juizados especiais dos tribunais de Justiça (valor de até 40 mínimos).

Destaca ainda a emenda que nas causas submetidas à apreciação da Justiça Federal os valores estabelecidos estendem-se até 50 vezes o salário mínimo para o comparecimento facultativo do advogado, sendo obrigatória a assistên-

cia advocatícia nas ações de valor superior àquela quantia.

Foi aprovado ainda pela CCJ, em caráter conclusivo, projeto do senador Osmar Dias (PDT-PR), relatado por José Fogaça, que permite a cessão, a entidades públicas, de bens apreendidos de traficantes de entorpecentes.

Outro projeto de lei aprovado em votação terminativa, de autoria do senador Sebastião Rocha (PDT-AP), tendo como relator José Fogaça, define o crime de coação no curso da atividade administrativa.

A comissão rejeitou projeto que concedia desconto para músicos no ingresso para espetáculos musicais.

Projeto aprovado em decisão terminativa vai imediatamente ao exame da Câmara, se não for apresentado recurso para sua votação no Plenário do Senado.

Maguito vai propor CPI do leite se preço pago ao produtor não subir

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) informou em discurso que, se o governo federal não adotar medidas urgentes para aumentar o preço do leite pago aos produtores, irá propor uma CPI do Congresso para investigar a situação, e principalmente as grandes indústrias de laticínios, que teriam formado cartel, reduzindo à metade o preço de compra do produto. Ele sugeriu, para amenizar o problema, que o governo inclua o leite na merenda escolar e nos seus programas sociais.

O governo federal foi acusado por Maguito Vilela de ter contribuído para a redução do preço pago ao produtor ao autorizar a importação de 1 bilhão de litros de leite neste ano. Nos anos anteriores, a importação não havia reduzido preços em plena entressafra, como ocorreu nos últimos meses. O preço pago aos fazendeiros caiu de R\$ 0,45 para R\$ 0,22 o litro, valor que não estaria cobrindo sequer os custos de produção de 2 milhões de produtores, que dão emprego a 4 milhões de pessoas.

— Os laticínios negam a existência de cartel, mas não dá para

levar a sério esta argumentação, já que não houve redução no preço para o consumidor. A conclusão é óbvia: a redução do preço foi uma ação predatória do cartel de laticínios, na tentativa de aumentar seus lucros — assinalou.

Os produtores de leite, continuou Maguito, investiram nos últimos anos, atendendo ao desafio do governo para que aumentassem sua produtividade. Tomaram empréstimos para a compra de animais melhores e equipamentos modernos. “Quem está se beneficiando disso são as grandes indústrias”, disse. Assim, o governo não cumpre o objetivo de melhorar a renda do campo — pelo contrário, números oficiais mostram uma queda de 5,8% na renda rural nos últimos cinco anos, observou.

Maguito Vilela informou que os laticínios “decretaram arbitrariamente” há dois meses a redução de 50% no preço do leite.



Maguito sugeriu inclusão do leite na merenda

Emenda de Ademir permite mexer no dinheiro da dívida

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) apresentou ontem proposta de emenda constitucional permitindo que o Congresso mexa no dinheiro que o Executivo reserva no Orçamento da União para o pagamento de juros da dívida pública. Ele alega que a proibição foi colocada no texto constitucional em 1988 de forma “clandestina”, na redação final, apesar de o assunto não ter sido discutido e votado em primeiro e segundo turnos pelos constituintes.

— Essa proibição apareceu no texto constitucional com a única finalidade de privilegiar o sistema financeiro — assinalou.

A decisão política de se cancelar (ou não) uma dotação orçamentária destinada ao pagamento do serviço da dívida, na opinião do senador, “deve passar necessariamente pelo crivo do Congresso Nacional”. Ele informou que nenhuma constituição do mundo contém algum dispositivo determinando que o Congresso não pode alterar a previsão do Executivo para o pagamento de

juros da dívida pública.

Durante os trabalhos da Constituinte de 88, observou Ademir Andrade, apareceram na redação final três limitações às emendas dos congressistas ao Orçamento: pagamento de pessoal, transferência para estados e municípios e gastos com o serviço da dívida. Ele mantém na proposta de emenda apenas a proibição de se alterar os gastos com pessoal e informa que existe um outro artigo da Constituição que não permite mexer nas transferências para estados e municípios.

Ademir Andrade sustenta que os gastos da União com o pagamento das dívidas públicas interna e externa não param de crescer, reduzindo automaticamente as verbas destinadas a infra-estrutura, educação, saúde, saneamento e criação de empregos.



Proposta é de autoria de Ademir Andrade

HOMENAGEM A



ROBERTO CAMPOS

Senado exalta trabalho e idéias do ex-ministro

O início da sessão plenária de ontem no Senado foi dedicado a homenagear o economista, ex-ministro do Planejamento, ex-embaixador, ex-deputado e ex-senador Roberto Campos, morto na noite de terça-feira.

Nascido em 1917, ano da Revolução Russa, em Cuiabá (MT), Campos notabilizou-se justamente por combater idéias e políticas estatizantes. Ao assumir essa posição, atraiu duras críticas da esquerda durante muitos anos, mas ao final da vida recebeu elogios até de alguns adversários pela franqueza com que defendia seus pontos de vista, aliada à vasta erudição e ao brilhantismo intelectual.

A princípio, Campos parecia inclinar-se para a carreira eclesiástica, mas abandonou o seminário – onde estudou Filosofia e Teologia – em 1937. Dois anos depois ingressaria na carreira diplomática, por concurso, chegando a

ocupar os postos de embaixador em Washington (1961) e Londres (1975 a 1982). Nos Estados Unidos, o diplomata obteve mestrado e doutorado em Economia ainda na década de 40, quando serviu como adido comercial. Autor de mais de 20 livros, Roberto Campos descreveu em sua obra-prima, o autobiográfico *Lanterna na Popa*, a trajetória repleta de interferências nos rumos do país, como a criação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), do Banco Nacional de Habitação (BNH) e da correção monetária. De 1964 a 1967 ocupou o cargo de ministro do Planejamento. A partir de 1993 dedicou-se às atividades parlamentar e literária, tendo exercido mandatos de senador por Mato Grosso (1983 a 1990) e deputado federal pelo Rio de Janeiro (1991 a 1998). Em 1999 foi eleito para uma vaga na Academia Brasileira de Letras.

“Ele tinha sempre que ser ouvido”, afirma Simon

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou que, como parlamentar, Roberto Campos honrou o Senado e a Câmara. Simon lembrou



Pedro Simon

que Campos se dedicou plenamente ao trabalho no Congresso, estando sempre informado sobre as matérias e participando das discussões.

– Foi um grande político, um grande diplomata, um grande ministro, um grande cidadão – disse.

Roberto Campos, recordou Simon, sempre estava disposto a debater os diversos assuntos e não acreditava estar se colocando em posição inferior, mesmo quando seu interlocutor não tinha igual nível de conhecimento sobre o assunto.

– Ele tinha alegria de discutir com parlamentares de pensamento mais avançado, que dele discordavam. É um mérito que faço questão de salientar em Roberto Campos. Dele se podia discordar, mas ele tinha que ser ouvido, pela sua dedicação e pelo seu trabalho – afirmou, ressaltando que o Brasil viveu um dia de luto com a morte do economista.

O senador afirmou ainda que foi Campos quem tentou dar racionalidade ao regime pós-1964.

– Às vezes eu lia com raiva os “tijolões” que ele publicava no jornal, mas era obrigado a reconhecer a racionalidade de seu pensamento. Suas decisões eram tomadas exclusivamente com base na racionalidade. Ele tinha idéias e seriedade – observou Simon.

Waldeck Ornélas diz que Campos foi um homem à frente do seu tempo

Primeiro signatário do pedido de voto de pesar pela morte do ex-senador Roberto Campos, o senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) lembrou que o economista foi o inspirador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), do Banco Nacional de Habitação (BNH), do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), da caderneta de poupança e de muitas outras modernizações na vida brasileira.



Waldeck Ornélas

Waldeck Ornélas afirmou que o ex-senador, reconhecido internacionalmente por sua capacidade e erudição, foi “um homem à frente do seu tempo”, que “morreu feliz por ver a prevalência e a vitória de suas idéias”.

Para Ornélas, a vida de Roberto Campos foi um “exemplo de coerência”. Ele destacou sua participação na delegação brasileira que foi à Conferência de Bretton Woods – quando foram criados o FMI e o Banco Mundial –, na criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da Petrobras e na elaboração do Plano de Metas de Juscelino Kubitschek.

Embaixador do Brasil em Washington e Londres, Roberto Campos foi também ministro do Planejamento, senador por Mato Grosso – seu estado de origem – e deputado federal pelo Rio de Janeiro, acrescentou o senador pela Bahia. Waldeck Ornélas lembrou ainda que Campos escreveu diversos livros, acabando por integrar a Academia Brasileira de Letras.

Lúdio Coelho homenageia economista em nome dos mato-grossenses

O senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) prestou homenagem a Roberto Campos, durante encaminhamento dos requerimentos de pesar pela morte do economista, ocorrida na terça-feira. Lúdio disse falar em nome dos mato-grossenses, já que Campos nasceu em Nossa Senhora do Livramento, cidade próxima a Cuiabá.



Lúdio Coelho

– Roberto Campos foi um dos economistas mais notáveis da nação brasileira em todos os tempos. Sinto seu desaparecimento e quero homenageá-lo em nome do povo do meu estado e em nome de Mato Grosso – declarou Lúdio Coelho, que cumprimentou o senador Waldeck Ornélas por ter proposto o voto de pesar.

Para Saturnino, fortalecer o BNDES foi o maior feito

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) destacou como maior feito de Roberto Campos o fortalecimento do então Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (hoje BNDES). Ele defendeu o requerimento – assinado em conjunto com Eduardo Suplicy e Waldeck Ornélas – de voto de pesar pela morte de Campos.



Roberto Saturnino

– Embora não tenha sido criado por ele, o BNDES foi formado por ele. Roberto Campos deu vida à maior agência desenvolvimentista que o Brasil já teve – afirmou.

Para Saturnino, Campos foi “uma das expressões mais elevadas” na política, na economia, na diplomacia, na literatura e no pensamento brasileiro como um todo. Da maturidade para a frente, observou, Campos foi um liberal, porém “em etapas anteriores de sua vida teve um pensamento um pouco diferente, mas coerente na evolução para o pensamento liberal”. Saturnino lembrou episódio que indicaria ter sido Roberto Campos socialista na juventude. Durante debate entre os dois, Campos disse que estavam em confronto “um socialista convicto e um socialista arrependido”.

Em aparte, o senador Iris Rezende (PMDB-GO) afirmou que “a vida de Roberto Campos servirá de exemplo para esta e as futuras gerações”. O senador Ricardo Santos (PSDB-ES) disse que o Brasil ficou mais pobre com a morte do ex-senador.

Suplicy recorda apoio a programa de renda mínima

Em pronunciamento favorável ao requerimento de pesar pelo falecimento do economista Roberto Campos, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou que todos os estudiosos da Economia tinham o dever de tomar conhecimento das posições e formulações do ex-senador e ex-ministro da Fazenda, ainda que não concordassem com elas.



Eduardo Suplicy

Suplicy lembrou ter procurado Campos – então deputado federal pelo Rio de Janeiro – para discutir sua proposta de um programa de renda mínima para todos os brasileiros; eles conversaram longamente, durante almoço no Senado.

Segundo Suplicy, Campos frisou no encontro a concordância com a proposta, lembrando também ser apoiada por vários economistas estrangeiros. Suplicy pediu a transcrição do artigo de Roberto Campos publicado pelo jornal *Folha de S. Paulo* em 1994, com o título: “Renda mínima garantida: os perigos da inocência”.

Suplicy leu trechos da resenha que preparou para a revista *Visão*, em 1974, sobre o livro de Roberto Campos e Mário Henrique Simonsen, intitulado *A nova economia brasileira*. Ele lembrou que, quando ainda exercia o mandato de deputado federal, gostava de assistir aos pronunciamentos de Campos no Senado. Em nome do PT, Suplicy expressou suas condolências à esposa de Campos e a seus filhos.

HOMENAGEM A



ROBERTO CAMPOS

Um visionário permitiu debate produtivo, diz Jucá

Em nome da liderança do governo, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) externou sua admiração



Romero Jucá

pela obra, pelos ensinamentos e pelos pensamentos de Roberto Campos. Para Jucá, que é economista, Roberto Campos era um visionário que, com suas idéias, permitiu que fosse promovido debate produtivo sobre os destinos do país.

— Aqueles que discordavam do seu pensamento podiam discordar dos resultados, mas nunca da forma como ele colocava suas idéias. Foi um grande estadista, figura de proa da economia nacional — disse Jucá.

Suassuna: orgulho por ter trabalhado com ex-ministro

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) lembrou o período em que trabalhou com Roberto Campos, quando este ocupou o cargo de ministro Extraordinário do Planejamento.



Ney Suassuna

Suassuna disse ter-se sentido honrado e manifestou o seu orgulho por haver trabalhado ao lado de Roberto Campos, com quem participou de missões importantes como a unificação dos institutos de previdência.

Segundo Suassuna, após a saída de Campos, a cada novo ocupante do cargo “o ministério decaía, porque com ele o ministério era realmente extraordinário”. Suassuna assinalou ainda a vasta cultura de Campos e a sua capacidade de prever acontecimentos.

Lobão lembra a seriedade na participação em discussões políticas

Na presidência da sessão de ontem, o senador Edison Lobão (PFL-MA) associou-se às homenagens ao ex-ministro e ex-senador Roberto Campos. Ele lembrou a seriedade com que o economista participava das discussões no Congresso, especialmente na Assembléia Constituinte, quando, convencido de que ali não se escolhia a melhor opção para os destinos do Brasil, exasperava-se.

— Ele foi um dos mais talentosos economistas que o Brasil já produziu. Seu prestígio ia além das fronteiras do país. Diplomata, jornalista e escritor brilhante, de grande envergadura, e político de visão extraordinária — afirmou Lobão.



Edison Lobão

Ramez Tebet aponta “perda irreparável para o Brasil”

O presidente do Senado, Ramez Tebet (PMDB-MS), associou-se às homenagens prestadas por diversos senadores ao economista Roberto Campos, falecido na terça-feira. Tebet lembrou ter ido, junto com outros políticos, pedir a Campos que se candidatasse ao Senado.

Na época, Roberto Campos afirmou que essa era uma das poucas experiências que ainda não havia tido, mas que o Brasil precisava dele naquele momento como embaixador, cargo que ocupava então. Apenas anos mais tarde Roberto Campos se candidataria ao Senado por Mato Grosso e venceria a eleição. “O Mato Grosso tem Roberto Campos como um de seus filhos mais ilustres. Sua morte foi uma perda irreparável e a tristeza assola o Brasil”, afirmou.



Ramez Tebet

Artur da Távola destaca aquele a quem enterrara simbolicamente

O senador Artur da Távola (PSDB-RJ) lembrou que um dos primeiros atos políticos de sua carreira foi um enterro simbólico do economista Roberto Campos, em 1959, para ressaltar que, na maturidade, a discordância deixa de ser causa de falta de admiração. “Depois de 42 anos, estou aqui homenageando Roberto Campos”, disse o senador, ao associar-se, como líder do governo, às homenagens prestadas ontem pelo Senado a Campos.

Távola afirmou que o Parlamento é uma Casa onde ganha espaço o ensinamento de que discordância e admiração não precisam estar dissociadas. O senador disse que cada vez valoriza o relativismo e ressaltou que Roberto Campos sempre atuou na vida pública com a devoção de um ex-seminarista. “Tinha vocação para o martírio”, declarou.



Artur da Távola

Lindberg Cury ressalta luta por imposto único

Roberto Campos foi grande defensor da tese do imposto único, mas a proposta acabou derrotada apesar “das suas boas intenções”, segundo o senador Lindberg Cury (PFL-DF).

— Ele lutou por uma reforma tributária e, quando podia, criticava o alto custo de se produzir no Brasil. Por isso, é uma unanimidade, pelo menos entre os que estão a lhe prestar esta homenagem no Senado — afirmou Lindberg.



Lindberg Cury

Para Sarney, o maior pensador político da geração

Roberto Campos foi o maior pensador político de sua geração, afirmou o senador José Sarney (PMDB-AP) durante as homenagens ao ex-ministro e ex-senador.

“Tinha idéias polêmicas, mas era firme no que acreditava. Fomos amigos, embora muitas vezes não comungássemos as mesmas idéias”, disse Sarney, destacando que Roberto Campos foi um senador e jornalista brilhante.

Como escritor, Campos publicou mais de 20 obras, mas Sarney afirmou que o livro *Lanterna na Popa* é um dos textos mais importantes da literatura brasileira. “Só esse livro já o consagraria”, disse. Sarney citou texto do Padre Vieira sobre mortes que são homenageadas com palavras e flores. “Trago palavras para louvar a figura extraordinária desse homem público e flores para louvar a vida desse benemérito em favor do Brasil”, concluiu.



José Sarney

Arlindo celebra 90 anos de Vivaldi Moreira

O senador Arlindo Porto (PTB-MG) homenageou, em Plenário, o acadêmico Vivaldi Moreira, que teria completado 90 anos no último dia 28. Arlindo lembrou a sabedoria e as virtudes pessoais do acadêmico e disse não poder deixar de registrar essa data significativa para a cultura mineira e nacional. Vivaldi Moreira, afirmou o senador, valorizou a vida, o jornalismo, a política e a literatura e todos aqueles que fizeram ou se interessaram por literatura em Minas na segunda metade do século 20.

— Sua existência comprovou que, realmente, Vivaldi Moreira foi um ser humano inigualável, imortal para as letras, a política e o jornalismo mineiros — disse.

O senador fez breve relato sobre a vida e a obra de Vivaldi, mencionando o início de sua carreira jornalística, no jornal *A Notícia*, a fundação da revista da Associação Comercial de Minas e sua eleição para a presidência da Academia Mineira de Letras. Vivaldi ocupou o cargo durante 25 anos, influenciando, segundo o senador, “a intelectualidade e as letras nacionais pelos valores humanistas que sempre defendeu”. Ele destacou que o acadêmico exerceu o cargo com tal eficiência que sua gestão confundiu-se com a própria instituição.

Arlindo lembrou ainda o fato de Vivaldi ter indicado o ex-presidente Juscelino Kubitschek, durante o regime militar, período em que estava cassado, para ocupar uma cadeira na Academia. “Foi a resposta mineira ao veto imposto ao grande estadista”, concluiu o senador.

Em aparte, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) juntou-se a Arlindo na homenagem, afirmando que “Minas tem abertos grandes caminhos para o país”.



Arlindo Porto: Vivaldi Moreira indicou JK para a Academia

Capital estrangeiro em veículo de comunicação gera debate

Para Roberto Saturnino, Constituição está ultrapassada. Ele é favorável à participação externa na forma proposta por Aloysio Nunes Ferreira

Uma mudança na Constituição para permitir que o capital estrangeiro possa participar com até 30% do capital social de empresas jornalísticas e de rádio e televisão no país foi o centro dos debates da audiência pública conjunta realizada ontem pela Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação Social e Informática e Comissão de Educação.

A discussão se desdobrou em torno de duas propostas de emenda à Constituição: uma, do deputado Laprovita Vieira, e outra do deputado licenciado e ministro Aloysio Nunes Ferreira, que garante a titularidade de pelo menos 70% do capital total dessas empresas a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

— A questão central é que a regra constitucional vigente está ul-



Audiência pública foi promovida conjuntamente pela Subcomissão de Cinema, Comunicação Social e Informática e Comissão de Educação

trapassada — assegurou o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), que se manifestou favoravelmente à participação estrangeira nos termos propostos por Aloysio Nunes Ferreira. No entanto, ele ressaltou que o país precisa dispor de meca-

nismos para impedir que a participação estrangeira não afete os interesses da sociedade brasileira.

O senador Ricardo Santos (PSDB-ES), que presidiu a audiência pública, informou que serão realizados novos debates.

Senadores pedem instalação do conselho

A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) afirmou, durante a audiência pública, que um dos instrumentos mais eficientes para a sociedade realizar o controle dos veículos de comunicação é a instalação do Conselho de Comunicação Social, o que também é defendido pelo senador Geraldo Cândido (PT-RJ), um dos autores do requerimento da audiência pública.

Emilia Fernandes comunicou na oportunidade visitas da bancada feminina no Congresso Nacional aos presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados para solicitar a instalação do conselho, criado pela Constituição de 1988 e regulamentado em 1992.

Para a senadora, o debate sobre os meios de comunicação não pode se restringir ao problema do capital. Ela voltou a enfatizar a importância desses veículos, sobretudo a tevê, na formação das crianças e dos jovens brasileiros, e disse que essa questão passa pela qualidade da informação.

Já o senador Geraldo Cândido

observou que não apenas o mercado brasileiro deve se tornar acessível ao investidor estrangeiro no setor de comunicações, afirmando que “a reciprocidade às empresas brasileiras é fundamental”.

Na opinião de Fernando Martins, diretor-executivo da Associação Nacional dos Jornais (ANJ), “os cenários perceptíveis para o futuro apontam, todos, em uma só direção: aumento crescente da competitividade e necessidade de investimentos cada vez mais elevados em tecnologia”. Ele entende que essa circunstância fortalece a proposta de abertura do mercado brasileiro das empresas de comunicação.

Ponto de vista semelhante foi externado por Roberto Wagner Monteiro, presidente da Associação Brasileira de Radiodifusão e Telecomunicações (Abratel), e Murilo de Aragão, vice-presidente da Associação Nacional de Editores de Revistas (Aner).

De acordo com Murilo de Aragão, a dificuldade das empresas de radiodifusão brasileiras para

obterem recursos chega a ser dramática. “Até o estatuto do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) proíbe empréstimos a empresas de comunicação”, afirmou.

Já o presidente da Abratel justifica a importância da abertura do setor para o capital estrangeiro como uma das fontes de financiamento da instalação da tevê digital no Brasil.

— A tevê digital talvez seja a maior razão para se buscar 30% do capital votante dos não-brasileiros — disse.

Contudo, para Elisabeth Villela da Costa, presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), antes de se cogitarem mudanças que as propostas pretendem introduzir na Constituição, a prioridade deve ser a elaboração de uma política pública para a radiodifusão. Ela entende que a oportunidade para isso será durante o exame da Lei da Radiodifusão, cujo projeto está sendo preparado pelo Ministério das Comunicações.

Subcomissão decide sobre audiência para discutir MP

A Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação Social e Informática realiza hoje, às 10h, reunião administrativa para votar requerimentos dos senadores Freitas Neto (PFL-PI) e Roberto Saturnino (PSB-RJ) propondo a realização de audiência

pública. A finalidade da audiência é dar continuidade ao debate sobre a Medida Provisória nº 2.228-1, que cria a Agência Nacional de Cinema e altera a legislação sobre a contribuição para o desenvolvimento da indústria cinematográfica nacional.

Carlos Bezerra pede mudança em resolução

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) apelou aos ministros do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário para que revejam a resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente que trata da licença ambiental no que diz respeito aos projetos de assentamento e de colonização. O senador argumentou que as exigências da

resolução estão inviabilizando a produção em assentamentos em todo o país, com graves prejuízos para os agricultores.

Carlos Bezerra informou que, de acordo com a resolução, os agricultores dependem de apoio financeiro do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), para o qual precisam de licença ambiental do Ibama, que só é obtida mediante a apresentação de estudos de impacto ao meio ambiente. As exigências da legislação, ressaltou o senador, estão impedindo o cultivo da terra pelos assentados.



Segundo Carlos Bezerra, exigência da resolução inviabiliza produção em assentamento

O senador citou especificamente os agricultores assentados no município de Guarantã do Norte, em Mato Grosso, que vivem o dilema de possuir a terra, mas não podem cultivá-la. A prefeitura municipal de Guarantã, informou o senador, em apoio aos agricultores, também está solicitando ao governo federal que reveja a legislação para possibilitar aos agricultores o desenvolvimento de suas atividades.

— Inviabilizando esse assentamento, teremos de novo algumas dezenas de famílias sem terra, sem emprego, sem perspectivas — lamentou o senador.

Leomar Quintanilha anuncia filiação ao PFL

O senador Leomar Quintanilha (TO) comunicou ontem à Mesa seu desligamento do Partido Progressista Brasileiro (PPB) e ingresso no Partido da Frente Liberal (PFL).

Ele manifestou seu agradecimento aos companheiros do PPB, ressaltando o convívio fraterno, harmonioso e saudável que marcou sua permanência no partido. Leomar Quintanilha disse também que a representação do PPB sempre foi firme no sentido de buscar melhorias para o país.



Leomar Quintanilha desligou-se do PPB, cuja bancada elogiou

Iris pede solução para greve nas universidades

Senador manifesta apoio aos professores e servidores e apela ao presidente da República e ao ministro da Educação para que retomem o diálogo com os grevistas. Segundo ele, o movimento não é político ou partidário

Ao manifestar apoio à greve dos professores e servidores das universidades públicas federais, o senador Iris Rezende (PMDB-GO) conclamou ontem o presidente Fernando Henrique Cardoso e o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, a retomarem o diálogo com os professores buscando uma solução “imediate” para o problema.

— Não é uma greve política ou partidária. Não foi deflagrada para atacar o governo, mas sim para corrigir inúmeras distorções que fragi-



Iris diz que movimento defende o ensino gratuito e de qualidade

lizam e corroem a base do ensino superior, trazendo prejuízos ao conjunto da comunidade universitária — disse.

Iris afirmou estar convicto de que a greve não tem radicalismo ou sectarismo e que os professores querem o diálogo. Ele se reuniu com o movimento grevista de Goiás na segunda-feira para discutir soluções e sugestões.

Na avaliação do senador, a pauta de reivindicações contempla uma nova conduta para o ensino público universitário, como a valoriza-

ção do corpo docente. “Professores e servidores da administração em educação não têm mais condições de exercer atividades com os níveis salariais em vigor”, afirmou, lembrando que os funcionários públicos não recebem reajuste salarial há sete anos.

— As perdas já chegam a mais de 75%, enquanto o governo admite apenas reajuste de 3,5%. Melhor seria não ter feito a proposta, porque acendeu o pavio da revolta — frisou, acrescentando que a greve dos professores e servidores da administração das universidades completou 48 dias e que o movimento tem o propósito de defender o ensino gratuito e de qualidade.

Távola: grevistas interromperam negociação

Em aparte ao pronunciamento de Iris Rezende, o líder do governo, senador Artur da Távola (PSDB-RJ), disse discordar do entendimento de que o ministro Paulo Renato e o presidente da República não resolvem o problema porque não querem. “Talvez não se faça por não ser possível”, argumentou.

Távola lembrou que as negociações não avançaram por conta dos próprios grevistas, que ficaram de dar resposta à proposta do governo. Em vez disso, assinou, o movimento radicalizou com a paralisação dos hospitais e inaugurou a prática de interromper os serviços de urgência e de emer-

gência. “Saúde e Educação nunca tiveram tantos recursos como nos últimos seis anos. Somadas as duas áreas, foram R\$ 60 bilhões por ano”, acrescentou.

Mas, na opinião do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), a greve só ocorre pela falta de política do governo para o funcionalismo — a categoria não tem aumento salarial desde 1995. “A conclusão a que chegaremos é que o governo está tomando do servidor para pagar a dívida externa”, afirmou.

O senador Ricardo Santos (PSDB-ES), presidente da Comissão de Educação, disse que a subcomis-

são criada para ajudar nas negociações procurará uma solução que esteja dentro dos limites do orçamento. Também defensora do trabalho da subcomissão, a senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) lembrou que a Comissão de Orçamento já estuda formas de viabilizar recursos para o aumento dos servidores públicos.

Os senadores Casildo Maldaner (PMDB-SC) e Lindberg Cury (PFL-DF) defenderam o diálogo como única saída para o impasse. “É sempre melhor ter duas horas de diálogo do que cinco minutos de tiroteio”, disse o senador por Santa Catarina.

Lindberg Cury lamenta “intolerância” dos dois lados

O senador Lindberg Cury (PFL-DF) afirmou ontem que a inflexibilidade do ministro da Educação, Paulo Renato Souza, que suspendeu o pagamento de todos os professores e funcionários de universidades federais, está “empurrando todos para a greve”.

— Sem pagamento há quase dois meses, muitos servidores estão deixando de comparecer ao trabalho simplesmente porque não têm mais dinheiro para transporte e alimentação — observou.

O senador apelou para o bom senso de todos os envolvidos na questão, lembrando que não são apenas os estudantes universitários que vêm perdendo aulas. “Milhares de pessoas doentes que deveriam ser atendidas pelos hospitais universitários vêm sofrendo na pele as conseqüências dessa intolerância de ambos os lados”, disse.

Lindberg Cury propôs ao presidente do Senado, Ramez Tebet, que seja formada uma comissão de senadores para tentar intermediar as negociações do Ministério da Educação com os professores e funcionários das universidades.

Emilia critica atitude do ministro da Educação



Emilia estranha ausência do ministro

A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) protestou ontem contra a postura do ministro da Educação, Paulo Renato Souza, que já foi convocado três vezes para comparecer à Comissão de Educação e ainda não compareceu. Além disso, ela manifestou seu repúdio pela maneira como o ministro está tratando a paralisação dos professores e funcionários das universidades federais.

Emilia lamentou que a audiência do ministro com uma comissão de senadores, da qual ela faz parte, proposta na terça-feira pelo senador Ricardo Santos, ainda não tenha sido marcada, e afirmou que o encontro precisa acontecer até hoje. “Caso contrário, temos de ir ao presidente da República”, acrescentou.

Ricardo Santos esclareceu que na terça-feira tentou marcar a audiência com Paulo Renato, por meio de seus principais auxiliares, mas continuava aguardando resposta. O senador se disse apreensivo com a decisão dos hospitais universitários de aderir a greve.

Valadares quer resolver pendência trabalhista do Porto de Sergipe

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) apelou ao presidente Fernando Henrique Cardoso para que encontre uma solução para a pendência trabalhista dos antigos trabalhadores do Porto de Sergipe, fechado em 1997. Segundo o senador, a União tem débitos de natureza alimentar com os trabalhadores que há 11 anos enfrentam grandes dificuldades, desde o início da disputa judicial com a Companhia de Docas do Estado da Bahia (Codeba).

Segundo Valadares, a Corregedoria Geral da União já analisa a reivindicação dos trabalhadores. Além disso, o Sindicato dos Portuários do Estado de Sergipe (Sipese) solicitou ao governador do estado que busque uma solução para o problema junto ao presidente da República.

SAÚDE

Em seu discurso, o senador alertou para o fato de o Ministério da

Fazenda estar desvirtuando os propósitos da Emenda Constitucional nº 29, que determinou fontes de financiamento para a saúde pública no Brasil. Valadares afirmou que a interpretação dada por técnicos do ministério vai fazer com que o setor continue sofrendo a falta de recursos.

— A crise no setor pode se agravar se o governo federal interpretar a Constituição de maneira dúbia e inconsistente. O Ministério da Fazenda não interpretou a emenda da maneira como o Congresso esperava, ou seja, de maneira que o setor não mais soresse com a falta de recursos, que tem causado tanto sofrimento aos doentes do país — afirmou Antonio Carlos Valadares.



Valadares aponta desvirtuamento da emenda da Saúde

Tebet recebe agradecimento da Associação Comercial de MG

O presidente do Senado, Ramez Tebet, recebeu ontem a visita da diretoria da Associação Comercial de Minas Gerais, entidade que está completando 100 anos de existência. O diretor-presidente da entidade, Arthur Lopes Filho, e



Dirigentes da Associação Comercial de Minas Gerais visitaram Ramez Tebet para agradecer por seu trabalho no ministério

o deputado federal Ronaldo Vasconcelos (PL-MG) aproveitaram a realização de sessão de homenagem pelo centenário da entidade, na Câmara dos Deputados, para agradecer a Tebet o apoio prestado, quando ministro da Integração Nacional, à região do Rio São Francisco.

— A Associação Comercial, em um ato de gentileza, veio agradecer meu trabalho no ministério, quando foram liberadas verbas para o projeto de revitalização do São Francisco. É um rio muito importante não só para Minas Gerais, mas para o desenvolvimento de todo o país, e é muito positivo

que o presidente Fernando Henrique esteja inaugurando esse programa de revitalização do “Velho Chico” — explicou Tebet.

Em resposta ao pedido dos representantes da associação para que a reforma tributária seja votada, Tebet afirmou que esse é um “anseio geral” da sociedade, mas observou:

— Apesar de ser comum o desejo de ver aprovada a reforma, ainda não se encontrou o verdadeiro modelo tributário para o país. Temos de buscar o entendimento para o tema, que é, provavelmente, a reforma necessária, mas também uma das mais difíceis.



Lindberg sugere intermediação do Senado

Comissão aprova normas para rejeitos radioativos

Jucá, autor do voto em separado aceito pelos senadores, diz que Brasil se antecipa ao criar legislação que pode servir de referência

Projeto que estabelece normas para o destino final dos rejeitos radioativos produzidos no Brasil foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), mediante voto em separado do senador Romero Jucá (PSDB-RR). O parecer do relator, senador Pedro Simon (PMDB-RS), pedia o arquivamento da matéria. O projeto será submetido à apreciação do Plenário.

No seu voto em separado, Jucá disse que não procedia a argumentação utilizada por Simon — de que tanto o projeto original quanto o substitutivo contrariavam a Convenção Internacional de Segurança Nuclear — para considerar a matéria prejudicada. O senador por Roraima ressaltou que a convenção assinada em Viena, no ano de 1994 e da qual o Brasil é signatário, não se aplica a rejeitos radioativos, mas somente a usinas nucleares civis.

Romero Jucá afirmou ainda que



Projeto foi acolhido por meio de voto em separado do senador Romero Jucá

o Brasil estará se antecipando ao criar uma legislação própria, que poderá servir de referência para uma convenção internacional.

O senador Romeu Tuma, presidente da CAS, argumentou que a não-aprovação do projeto significaria gerar um vazio legal de proporções complexas, já que a matéria trata de rejeito radioativo”, e alertou para a necessidade de uma legislação específica sobre o assunto. Os senadores

Maguito Vilela (PMDB-GO) e Geraldo Cândido (PT-RJ) também encaminharam voto favorável. Tião Viana (PT-AC), Lauro Campos (PDT-DF) e Emília Fernandes (PT-RS) votaram com o relator Pedro Simon. A matéria agora será apreciada em Plenário.

Também foi aprovado pela CAS parecer do relator, senador Valmir Amaral (PMDB-DF), favorável ao projeto do senador Arlindo Porto (PTB-MG) que regulamenta as profissões de cerimonialista, técnico de cerimonial e auxiliar de cerimonial, além de criar conselho federal e conselhos regionais para exercer a fiscalização do exercício dessas atividades. Pelo fato de a decisão ter sido terminativa, se não houver recurso assinado por um décimo dos senadores para votação da matéria em Plenário o projeto será encaminhado para apreciação da Câmara dos Deputados.



A CAS aprovou emenda que prevê autorização especial da vigilância sanitária para venda de remédio a granel

Plenário decidirá sobre venda de remédio a granel

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem, em turno suplementar, projeto de lei que permite a venda de medicamentos a granel, na quantidade indicada na prescrição. O projeto, de autoria do então senador Ernandes Amorim, recebeu substitutivo do relator, senador Tião Viana (PT-AC). A matéria vai à deliberação do Plenário.

Segundo Tião Viana, os consumidores muitas vezes são obrigados a comprar medicamentos em quantidade maior do que necessitariam, o que representa desperdício de dinheiro, além de causar problemas como o armazenamen-

to desnecessário de remédios em casa. Ele acolheu emenda apresentada pela senadora Emília Fernandes (PT-RS) determinando que as farmácias deverão receber autorização especial da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para comercializar medicamentos a granel.

A comissão também acolheu parecer da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) favorável ao projeto do deputado Luiz Moreira (PFL-BA) que obriga a indicação nos rótulos dos produtos alimentares, de forma clara e concisa, da qualidade e quantidade de edulcorantes (adoçantes) utilizados em sua

composição. A proposição determina ainda a indicação da ingestão diária aceitável dos edulcorantes utilizados por quilograma de peso corporal. O projeto será submetido agora a votação no Plenário.

A CAS decidiu pelo arquivamento do projeto do senador Paulo Souto (PFL-BA) propondo a revisão dos critérios de investimento dos recursos do Sistema Único de Saúde (SUS). O relator, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), entendeu que o projeto ficou prejudicado pela aprovação da emenda à Constituição nº 29, que estabelece novas diretrizes para o financiamento da saúde.

Viana destaca encontro no Senado sobre a obesidade

O senador Tião Viana (PT-AC) anunciou em Plenário a realização, hoje, de encontro sobre a obesidade, no Auditório Petrônio Portella. O encontro é patrocinado pelo Instituto do Coração,

Tião Viana.

A intenção dos patrocinadores, afirmou o senador, é “sensibilizar o Parlamento para que possa legislar efetivamente sobre esse tema”. De acordo com Tião

Viana, tramitam diversas matérias no Congresso Nacional sobre o assunto há vários anos. Viana informou que o encontro começa às 9 horas, com a presença do presidente do Senado, Ramez Tebet (PMDB-MS), e do presidente da Comissão de Assun-



Tião Viana: reunião vai situar obesidade como mais grave problema de saúde no Brasil

tos Sociais (CAS), senador Romeu Tuma (PFL-SP). — Não é possível que o Parlamento não consiga ter uma legislação imediata sobre esse tema — disse o senador, convidando os parlamentares para prestigiar o ato. Tião Viana afirmou que o encontro resultará em uma carta aberta com recomendação para que o Brasil enfrente “a grave epidemia que nos assola hoje, que é a obesidade”.

— Hoje, as doenças cardiovasculares representam mais de 35% das causas de morte no país, muito mais do que as doenças infecciosas e parasitárias, mais do que o câncer e mais do que as chamadas causas externas, que envolvem acidentes e atos de violência — informou

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

SEXTA-FEIRA

· *Quem Tem Medo da Música Clássica?*
Orquestra Nacional Infantil da Venezuela
10h / 18h / 24h

· *Espaço Cultural*
II Festival Internacional de Bonecos de Brasília
11h30 / 21h30

· *Especial — Seca*
A Terra, A Luta, A Gente
16h

SÁBADO

· *De Coração*
Desnutrição hospitalar
8h30

· *Leituras*
Moacyr Scliar
9h30

· *Teatro Arthur Azevedo*
O Casamento da Dona Baratinha e A Cigarra e a Formiga
21h30

DOMINGO

· *Instrumentos Musicais*
Arpa
8h / 16h

· *Redescobrimos o Brasil* — Glauber Rocha
9h

· *Agenda Econômica* — O diretor da Cepal, Renato Baumann fala sobre a fome na América Latina
19h30

RÁDIO SENADO

HOJE

7h — Música, informação e serviços

8h — *Senado Primeira Hora* — As principais notícias do Senado, do país e do mundo

9h — *Música e informação*

14h15 — *Senado Notícias*

14h30 — Sessão Plenária do Senado

19h — *A Voz do Brasil*

20h — Música e informação

22h — *Senado Notícias* — Edição da noite

23h — *Vozes do Século 21*

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

Álvaro: Flamengo teve conta nas Ilhas Cayman

Segundo o presidente da CPI do Futebol, clube chegou a movimentar US\$ 10,3 milhões no paraíso fiscal. “A comissão não pode afirmar que esse dinheiro era desviado. Mas com toda certeza trata-se de evasão de divisas e sonegação”, afirmou

O presidente do Conselho Fiscal do Flamengo, Delair Dumbrosck, disse ontem à CPI do Futebol que só tomou conhecimento da existência de uma conta bancária do Flamengo nas Ilhas Cayman “em função dos trabalhos da comissão”. Afirmou ainda não saber quanto o clube tem depositado atualmente no paraíso fiscal. Mas acrescentou ter recebido informações de que no ano de 1998 o Flamengo tinha depósitos em torno de R\$ 908 mil.

O presidente da CPI, senador Álvaro Dias (PDT-PR), disse que a conta nas Ilhas Cayman existe desde 1982, e que até outubro de 1999, quando foi encerrada pelo presidente do Flamengo, Edmundo Santos Silva, chegou a movimentar cerca US\$ 10,3 milhões.

— A CPI não pode afirmar que esse dinheiro era desviado e não atendia aos interesses do Flamengo. Mas com toda a certeza demonstra que não atende aos interesses do país, pois trata-se



O presidente do Conselho Fiscal do Flamengo, Delair Dumbrosck, afirmou ontem à CPI que desconhecia a existência da conta no exterior

de evasão de divisas e sonegação fiscal — afirmou Álvaro Dias. Para o presidente da CPI, depósitos em paraísos fiscais demonstram que o futebol brasileiro, como atividade econômica, “está na absoluta marginalidade”. Compete à CPI, observou o senador, retirar o futebol dessa situação e propor uma nova legislação que dê maior transparência ao desporto nacional.

Para o relator da CPI, senador

Geraldo Althoff (PFL-SC), a existência de contas bancárias em paraísos fiscais não está restrita ao Flamengo, mas é prática normal em outros clubes. Por isso, defendeu a criação de mecanismos legais para inibir a evasão de divisas e a sonegação fiscal.

QUEIXAS

O presidente do Conselho Fiscal do Flamengo, Delair Dumbrosck, iniciou seu depoimento denunciando que as contas do

clube referentes a 2000, apesar de terem sido aprovadas pela diretoria executiva, tiveram parecer contrário do órgão que

preside. Ele reclamou que a presidência do Flamengo dificulta os trabalhos do Conselho Fiscal, não fornecendo informações necessárias para que o colegiado exerça suas funções. Neste ano, informou, a diretoria executiva deixou de enviar documentos ao Conselho Fiscal durante oito meses.

Delair Dumbrosck, que é oposição ao atual presidente do Flamengo, Edmundo Santos Silva, estranhou também o contrato de prestação de serviços firmado entre o clube e a Brazilian Soccer. Ele informou que o clube paga mensalmente à empresa R\$ 12 mil pela prestação de serviços, mas que poucos sabem detalhar os serviços que a Brazilian Soccer presta ao Flamengo.



Delair também criticou a decisão do presidente do Flamengo de ter pago 70% das obras em andamento na Gávea, apesar de

apenas 30% delas estarem concluídas. Ele informou que chegou a convocar o vice-presidente, que responde pelo patrimônio do clube, para dar maiores explicações, “mas até agora o Conselho Fiscal não foi atendido”.

O presidente do Conselho Fiscal do Flamengo afirmou ainda que sempre lutou pela realização de ampla auditoria no clube, incluindo a área trabalhista, mas que nunca obteve sucesso. Acrescentou que Edmundo Santos Silva aprova apenas auditorias nos balanços, consideradas por Delair como meramente paliativas.

— O Conselho Fiscal opera dentro das normas estatutárias mas, infelizmente, vem sendo impedido de trabalhar devido a questões políticas — disse Dumbrosck.

Presidente do clube falta a depoimento

O presidente do Flamengo, Edmundo Santos Silva, não compareceu ontem para prestar depoimento à CPI do Futebol. Ele alegou dois motivos: o jogo entre Flamengo e Botafogo, à noite, no Maracanã, e problemas no maxilar. Segundo o dentista Alexandre Furtado, que assinou atestado médico justificando a ausência do dirigente, o problema de Edmundo Santos “o impede de viajar de avião e de falar muito”.

O presidente da CPI, senador Álvaro Dias, estranhou que o diri-

gente tivesse alegado problema no maxilar para não comparecer à comissão. Lembrou que no início da semana o presidente do Flamengo dera entrevistas, chegando a cobrar, em voz alta, empenho dos jogadores no Campeonato Brasileiro de Futebol.

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) desconfiou da autenticidade do atestado médico apresentado pelo presidente do clube. Ele propôs que a CPI investigue o documento. “Se o atestado não condizer com a verdade,

o dentista tem que ser punido”, afirmou o senador. Ao observar que Alexandre Furtado é funcionário do Flamengo, o relator da CPI, senador Geraldo Althoff, mencionou a possibilidade de enviar ao Rio de Janeiro grupo de trabalho para analisar a autenticidade do atestado.

O depoimento do presidente do Flamengo foi adiado para a próxima quinta-feira, dia 18. No dia 23, deverá depor o presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Ricardo Teixeira.

Emenda proíbe recondução de dirigentes

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou, com alterações, ontem, emenda constitucional de autoria do senador Maguito Vilela (PMDB-GO) que proíbe a recondução dos dirigentes de entidades de administração do desporto por mais de um período consecutivo. O relator da matéria, senador Álvaro Dias (PDT-PR), disse que a medida por fim às verdadeiras dinastias que se perpetuam na direção das entidades desportivas, com resultados nefastos para o desporto brasileiro.

A proposta, segundo o relator, “pode significar democrática conquista em prol da mudança dos ru-

mos do futebol em no país”. Segundo Álvaro Dias, a PEC atende a um clamor que vem sendo feito por diversos segmentos da sociedade à CPI do Futebol, por ele presidida.

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) não aprovou a medida, por temer que ela possa ser estendida aos sindicatos. Para ele, se uma entidade privada tem autonomia, essa autonomia não pode ser condicionada. Para ele, a medida aprovada não consiste no remédio adequado para se tratarem os males vividos hoje pelos clubes de futebol.

A CCJ aprovou também parecer do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) favorável a substitutivo da

Câmara a projeto de lei do Senado que acrescenta aos hospitais e maternidades o dever de, após copiar as impressões das papilas digitais da mãe e as impressões dos pés do recém-nascido, emitir declaração neonatal após os partos.

Foram aprovados também pareceres do senador Bello Parga (PFL-MA) favoráveis a requerimentos da senadora Marina Silva (PT-AC), solicitando informações sobre a dívida externa ao Ministério da Fazenda, e do senador Romeu Tuma (PFL-SP), solicitando ao mesmo ministério informações sobre a empresa Fazenda Reunidas Boi Gordo, detidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).



Ney Suassuna (D) foi eleito presidente da comissão, proposta por Waldeck Ornélas (E), que avaliará as ações na Bacia do São Francisco

Comissão vai acompanhar recuperação do São Francisco

Instalada ontem, a comissão especial que acompanhará e avaliará o projeto de conservação e revitalização da bacia hidrográfica do Rio São Francisco elegeu o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) para presidente e o senador Teotônio Vilela (PSDB-AL) para vice. O senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) foi designado relator.

O colegiado também aprovou requerimento de Waldeck Ornélas propondo audiência pública, a ser ainda marcada, com o presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), Jerson Kelman, e com os secretários-executivos dos Ministérios do Meio Ambiente, José Carlos Carvalho, e da Integração Nacional, Pedro Augusto Singuinetti Ferreira.

Ney Suassuna afirmou que a comissão trabalhará na busca de soluções para revitalizar o rio, promovendo a despoluição, dessassoreamento e fazendo o replantio das matas ciliares. Para Suassuna, a revitalização do rio impulsionará a economia nordestina.

Autor do requerimento para criação da comissão, Waldeck Ornélas teme que a ocorrência de chuvas na nascente do rio, em Minas Gerais, leve à conclusão equivocada de que os problemas da bacia estão resolvidos. Ornélas observou ainda que o problema principal a ser combatido não está relacionado à poluição do rio, mas ao nível das águas, que está abaixo da média histórica dos últimos sete anos.

Crise argentina afeta o Mercosul, diz Suassuna

Segundo o senador, as ações governamentais para promover a economia do país vizinho também contribuíram para a desvalorização do real

Os reflexos sobre o Brasil da crise argentina, que chega ao segundo ano, foram analisadas ontem pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB). Segundo ele, o país vizinho está próximo de uma insolvência e “o seu afundamento afetaria profundamente a economia brasileira” e o ânimo dos investidores externos. “Por antecipação ao perigo, o real, desde o início do ano, vem sofrendo desvalorização contínua e exagerada”, afirmou o senador.

Suassuna considera que as medidas tomadas pelo ministro argentino Domingo Cavallo têm provocado tensões no relacionamento comercial dentro do Mercosul. Além disso, afirmou, “o ministro Cavallo tem visão divergente da posição brasileira” em relação ao mercado comum. “O timoneiro da economia argentina tem se revelado um fator de desgaste do



Para Ney Suassuna, a crise na Argentina tem reflexos profundos sobre a economia brasileira

Mercosul e, nesse sentido, nos traz preocupações.”

O pacote de medidas para promover a produtividade e o crescimento da economia argentina, recém-editado por Cavallo, relatou Suassuna, desvalorizou o peso em 8% para fins de comércio exterior. Segundo o senador, a pri-

meira impressão foi de que “se estava na ante-sala de um derretimento da moeda argentina”, pois parecia que a paridade do peso com o dólar seria abandonada, o que levou o real a sofrer desvalorização de quase 30%.

Para o senador, a pressão sobre o real não é fruto apenas das crises de energia e argentina, mas da soma das duas com a proximidade das eleições e a perspectiva de que novos grupos políticos alcancem o poder.

— Esses grupos começaram, recentemente, a levar à opinião pública brasileira a mensagem de que, no poder, adotarão políticas econômicas responsáveis. Mas essa mensagem é recente e ainda não penetrou as consciências. Muita gente prefere proteger-se do futuro comprando dólar, num patamar que atinge a irracionalidade e nos traz ameaças — acrescentou.

Plenário dá apoio à aproximação das Coreias

O Senado aprovou ontem requerimento do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) de manifestação de louvor à reaproximação da Coreia do Sul com a Coreia do Norte, “na busca da reunificação pacífica da nação coreana”.

Conforme Valadares, passo decisivo na reunificação dos

dois países foi dado no encontro de cúpula realizado em junho do ano passado. Na reunião, foi assinada a Declaração Conjunta Sul-Norte, em que as duas Coreias se comprometeram a adotar ações que levem à reunificação.

O senador afirmou ainda que a questão “é de extrema rele-

vância para a comunidade internacional”, cabendo a todos os países apoiar a iniciativa, pois interessa ao mundo que não haja mais conflitos na península coreana. No texto aprovado, foi registrado também que “o Brasil espera futuros avanços no processo de reconciliação dos dois países”.

Embaixador da Espanha visita o Senado

O presidente do Senado, Ramez Tebet, afirmou que vai empenhar-se para que o Brasil, por meio do Legislativo, intensifique as relações culturais, econômicas e diplomáticas com a Espanha. A declaração foi feita por ocasião da visita, na manhã de ontem, do embaixador da Espanha, José Coderch.

— Essa visita para mim é muito honrosa porque eu já conhecia o embaixador antes de assumir a presidência, e tenho interesse em ajudar no estreitamento dos laços entre os nossos países — disse Tebet, acrescentando que vai estimular o diálogo parlamentar entre Brasil e Espanha.

O presidente explicou que sua



Ramez Tebet, presidente do Senado, afirmou ao embaixador José Coderch que vai reativar o Grupo de Amizade Brasil-Espanha

primeira ação nesse sentido será a reativação do Grupo de Amizade Brasil-Espanha, que já existe formalmente. O embaixador Co-

derch também comprometeu-se a defender a realização de intercâmbios nos diversos setores de interesse das duas nações.



COMISSÃO DA CRISE ENERGÉTICA RECEBE PARENTE

Coordenador da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, o ministro Pedro Parente esteve ontem no Senado, onde se reuniu a portas fechadas com par-

lamentares integrantes da comissão mista especial criada para estudar a crise energética. Parente esteve também com o presidente do Senado, Ramez Tebet.



AGÊNCIA PARA O CENTRO-OESTE É DEBATIDA

Na manhã de ontem, o presidente do Senado, Ramez Tebet, reuniu-se com parlamentares, prefeitos e senadores do Centro-Oeste. Foi discutida a criação da Agência

de Desenvolvimento do Centro-Oeste. Para Tebet, a extinção da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste “abriu uma lacuna no desenvolvimento da região”.



DIRETOR DA REDE SARAH FAZ CONVITE A TEBET

O presidente do Senado, Ramez Tebet, recebeu a visita do diretor-presidente da Rede Sarah de Hospitais, Aloysio Campos da Paz, que estava acompanhado da

médica Lúcia Braga. Campos da Paz convidou Tebet para conhecer o hospital de Brasília, especializado em ortopedia e doenças do aparelho locomotor.



MAGISTRADO ENCONTRA-SE COM PRESIDENTE

O presidente do Instituto dos Magistrados do Brasil, desembargador Jorge Uchôa de Mendonça, convidou o presidente do Senado, Ramez Tebet,

para participar do seminário “Modernização do Poder Judiciário”. A discussão será realizada de 12 a 14 de novembro em Florianópolis (SC).

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Ramez Tebet, Edison Lobão, Antonio Carlos Valadares, Ademir Andrade e Carlos Patrocínio